PROPAGANDA ELEITORAL

BRINDES

Bandeirolas e flâmulas

Jurisprudência do TSE

* VEICULAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. EMPENA. FRONTLIGHT. BACKLIGHT. TAMANHO. FAIXA. CARTAZ. MÍDIA ELETRÔNICA. LACUNA. LEI Nº 11.300/2006. NÃO-CONHECIMENTO.

Não se conhece de questionamentos formulados em termos amplos, suscetíveis de interpretações conducentes a hipóteses que comportam soluções distintas. Precedentes do TSE.

CONFECÇÃO. DISTRIBUIÇÃO. UTILIZAÇÃO. DISPLAYS. BANDEIROLAS. FLÂMULAS. VEÍCULOS AUTOMOTORES PARTICULARES. LEI Nº 11.300/2006. POSSIBILIDADE.

São vedadas, na campanha eleitoral, a confecção, a utilização, a distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor (§ 6º do art. 39 da Lei nº 9.504/97).

São permitidas a confecção, a distribuição e a utilização de displays, bandeirolas e flâmulas em veículos automotores particulares, pois não proporcionam vantagem ao eleitor.

O uso desses instrumentos de propaganda eleitoral viabiliza a comunicação entre o candidato e o eleitor durante as eleições, que não deixa de ser uma festa cívica.

A proibição se aplica somente para o caso de veículos automotores prestadores de serviços públicos, para que se atenda o espírito da Lei nº 11.300/2006.

POSSIBILIDADE. EXPOSIÇÃO. MÍDIA EXTERIOR. PINTURA. MURO. PROPRIEDADE PARTICULAR.

Em bens particulares, independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, nos termos do § 2º do art. 37 da Lei nº 9.504/97.

TRE/RJ
Secretaria Judiciária
Coordenadoria de Sessões
Seção de Jurisprudência e Legislação

Resolução nº 22247 na Consulta nº 1286 - Brasília/DF - 08/06/2006
Relator(a): Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto

Boné e camisa

Jurisprudência do TRE/RJ

* Recursos Eleitorais. Eleições 2012. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Abuso de poder econômico, propaganda eleitoral extemporânea e irregular.

1 - Possibilidade de apreciação do pedido de aplicação de multa por propaganda eleitoral em sede de ação de investigação judicial, por não acarretar prejuízo à defesa, tendo em vista a observância do rito ordinário mais benéfico previsto no art. 22 da LC 64/90. Precedentes TSE.

2 - O pedido de "exclusão" do fato relativo à propaganda eleitoral irregular em função da ausência de notificação para sua retirada deve ser analisado em momento posterior, quando do exame das condutas imputadas à recorrente, uma vez que, em tese, há hipóteses em que esta notificação torna-se despicienda, quando o prévio conhecimento é verificado pelas circunstâncias e peculiaridades do fato.

3 - Propaganda eleitoral extemporânea. Antes do período autorizado por lei, houve a distribuição de flores, cartões e imãs pelo dia das mães, bem como a utilização, em filipetas promocionais de eventos, do logotipo usado posteriormente pela recorrente em sua campanha eleitoral. A comunicação externada objetiva criar nos destinatários imagens positivas da candidata.

4 - A distribuição de flores nos dias das mães, com a utilização de grande aparato, inclusive com registro fotográfico que posteriormente possibilitou a confecção e distribuição de imãs de geladeira de grande dimensão, entregues individualmente a cada morador, excede a mera promoção pessoal da recorrida, evidenciando o nítido propósito de anunciar, ainda que de forma indireta e disfarçada, candidatura futura, tanto que, de fato, veio a concorrer no pleito de 2012, utilizando-se do mesmo logotipo, o que possibilitou uma imediata identificação da recorrida.

5 - Da mesma forma, as filipetas de promoção de eventos de grandes proporções em casa de show de Itaguaí, produzidos por seu marido, como uma das patrocinadoras dos aludidos eventos, todas com o logotipo de campanha. O prévio conhecimento da recorrente resta patente, posto que notícias quanto à realização dos aludidos eventos foram disponibilizadas em sua própria página no Facebook.

6 - Propaganda eleitoral irregular. Propaganda em bem de uso comum e fornecimento de bens que proporcionaram vantagem a eleitores. Participação em eventos, filipetas promocionais com logotipo de campanha, financiamento de festa com pessoas vestindo cores da campanha e carros envelopados com adesivos. Distribuição de materiais de campanha no interior de estabelecimento comercial.

TRE/RJ
Secretaria Judiciária
Coordenadoria de Sessões
Seção de Jurisprudência e Legislação

7 - Consta nos autos que no palco onde ocorreu a apresentação dos grupos musicais contratados havia uma faixa de grandes proporções, com destaque ao nome da recorrente, em formato diverso daquele utilizado para os demais assinantes, utilizando-se o mesmo logotipo de sua campanha eleitoral. A investigada teve a oportunidade de subir ao palco, fazendo uso do microfone (fl. 49). Também restou demonstrada a distribuição de material de propaganda no estabelecimento comercial da própria recorrente e a utilização de adesivos nas vestes dos atendentes, o que configura prática de propaganda eleitoral irregular.

8 - Distribuição de camisetas de campanha em festa. Conduta prevista como irregular na legislação, sem que haja a cominação de sanção pelo seu descumprimento.

9 - Com relação aos veículos adesivados, a Corte Superior Eleitoral firmou entendimento no sentido de que não viola a Lei das Eleições a afixação de adesivo em veículos particulares, pois se enquadram no conceito de impressos de qualquer natureza ou tamanho. Quanto ao veículo retratado à fl. 76, ainda que se trate de um táxi, somente observa-se uma pequena estrela afixada no centro do seu para-brisa, que, a princípio, lembra um dos símbolos de campanha utilizados pela recorrente. No entanto, até pelo fato da fotografia não conter cores, não há como confirmar a aludida irregularidade.

10 - Diante dos fatos narrados, é de se reconhecer a prática das condutas previstas no artigos 37 e 39, §6º, ambos da Lei 9.504/97.

11 - Abuso de poder econômico. Oferecimento de convites para festas realizadas pelo marido da recorrente, distribuição de benesses a eleitores em comemoração ao dia das mães e patrocínio de evento desportivo, com distribuição de camisetas, comida e bebida, visando a obtenção de votos. Indiscutível a vinculação dos serviços oferecidos ao nome da recorrente.

12 - A distribuição de rosas; de imãs de geladeira com a fotografia da candidata com eleitores individualizados; de cartões de felicitações pelo dia das mães, estes em momento anterior ao período permitido pela legislação eleitoral, o que, sem sombra de dúvidas, traz à recorrente enorme vantagem em relação àqueles candidatos que iniciaram no período permitido sua campanha eleitoral; inúmeras camisetas com as cores de campanha da candidata; bem como a distribuição de convites para eventos, em cujo material de divulgação ressalta o logotipo de campanha da candidata, levam o eleitor a uma associação imediata entre as benesses recebidas e a candidatura da recorrente.

13 - As condutas perpetradas caracterizam a desproporcionalidade dos meios empregados, que indubitavelmente visavam a conquistar a simpatia e o apoio político do eleitorado local, trazendo benefício à candidatura daqueles que se utilizam de tais artifícios para auferir dividendos eleitorais, afetando a isonomia entre os candidatos.

14 - Cada um das condutas narradas não seria capaz de, per si, demonstrar a existência do abuso e da gravidade da conduta. Entretanto, quando analisados em conjunto levam à conclusão de que o uso de recursos econômicos em favor da recorrente foi excessivo e desequilibrou a disputa. Pelo desprovimento do recurso.

Acórdão no(a) Recurso Eleitoral nº 302-51.2012.6.19.0105 - Classe RE - 15/07/2013

Relator(a): Juiz Alexandre Mesquita

* CONFECÇÃO. DISTRIBUIÇÃO. CAMISAS. BONÉS. VEDAÇÃO.

- Não será tolerada a confecção, distribuição e o uso de camisas e bonés pelas equipes de trabalho dos candidatos, ainda que não estejam com nome e número do mesmo (artigo 12, § 4º, da Resolução TSE nº 22.718/08 e artigo 39, § 6º, da Lei nº 9.504/97)

Acórdão nº 34.639 na Consulta nº 311 (7108-68.2008.6.19.0000) - Classe 27 - 08/07/2008

Relator(a): Juiz Luiz de Mello Serra

Jurisprudência do TSE

RECURSO ORDINÁRIO. REPRESENTAÇÃO. ARTIGO 30-A DA LEI N. 9.504/97. GASTO ILÍCITO DE RECURSOS. NÃO-OCORRÊNCIA. CAMISETAS PADRONIZADAS DISTRIBUÍDAS A CABOS ELEITORAIS. REFERÊNCIA AO CANDIDATO. AUSÊNCIA. LIMITE PREVISTO NO ARTIGO 27 DA LEI N. 9.504/97. PROVIMENTO.

1. A organização de cabos eleitorais por meio de camisetas que não ostentem identificação relacionada às eleições ou ao candidato em disputa não contraria o disposto no artigo 39, § 6º da Lei n. 9.504/97.

2. Não aplicável, no caso, a sanção prevista no artigo 30-A da Lei n. 9.504/97.

3. Recurso ordinário provido para afastar a cassação do diploma expedido em favor do recorrente.

Acórdão no Recurso Ordinário nº 1449 - Goiânia/GO - 31/03/2009

Relator(a): Ministro Eros Roberto Grau

CONSULTA. PRESENÇA DE ARTISTAS OU ANIMADORES, BEM COMO UTILIZAÇÃO DE CAMISAS E OUTROS MATERIAIS QUE POSSAM PROPORCIONAR VANTAGEM AO ELEITOR, "EM EVENTOS FECHADOS DE PROPRIEDADES PRIVADAS" (SIC). IMPOSSIBILIDADE.

Resolução nº 22274 na Consulta nº 1295 - Brasília/DF - 29/06/2006

Relator(a): Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto

Calendário

Jurisprudência do TRE/RJ

* Recurso. Representação. Propaganda eleitoral extemporânea. Eleições 2010. Resolução TSE 23.193/2009. Faixas de agradecimento. Inauguração de projeto público. Administração Pública. Impessoalidade. Calendários. Nome e imagem. Candidato. Chefe do Executivo. Base eleitoral. Ampliação.

Recurso do primeiro recorrente - Joel Sobrinho.

1 - faixas de agradecimento onde se realça nome e cargo dos representados, promovendo dizeres e mensagens que os associem como benfeitores de projeto público, tal qual inauguração de posto de saúde, em ano eleitoral, revela propaganda eleitoral antecipada, se promovida antes de 06 de julho do ano eleitoral. Também, há violação ao princípio da impessoalidade no trato com a coisa pública na hipótese. Multa que se impõe, diante da potencialidade de angariar votos.

Voto pelo conhecimento e desprovemento desse recurso.

Recurso dos segundo recorrentes - Marcelo Gonçalves e Sandro Mattos.

1 - não influi no julgamento do recurso a defesa relativa à ausência de prévio conhecimento acerca das faixas, tendo em vista que a multa fora aplicada aos ora recorrentes somente por conta dos calendários.

2 - a distribuição de calendários do ano das eleições, onde se divulgue nome e imagem de candidato, associando tais elementos à nome e imagem de chefe do poder executivo municipal, revela propaganda eleitoral antecipada, quando veiculados antes de 06 de julho do ano eleitoral, de grande potencial lesivo ao princípio isonômico, vez que há ampliação da base eleitoral e denota típico apoio político feito em campanhas eleitorais.

3 - o não candidato pode ser multado por propaganda irregular, quando comprovado sua promoção em favor de outrem, este sim potencial candidato, não havendo elisão de responsabilidade por tal motivo.

4 - a reiteração de conduta que justifica multa aplicada acima do mínimo legal pode advir de fatos comprovados em outras representações eleitorais, desde que não se esteja diante do mesmo material veiculador da propaganda eleitoral irregular, não havendo que se falar em bis in idem neste caso.

Voto pelo conhecimento e provimento desse recurso.

Acórdão nº 52.032 no(a) Recurso em Representação nº 312-90.2010.6.19.0000 - Classe Rp - 06/09/2010

Relator(a): Juiz Luiz Roberto Ayoub

Jurisprudência do TSE

* Representação. Propaganda eleitoral antecipada.

1. A propaganda eleitoral antecipada pode ficar configurada não apenas em face de eventual pedido de votos ou de exposição de plataforma ou aptidão política, mas também ser inferida por meio de circunstâncias subliminares, aferíveis em cada caso concreto, afigurando correta a decisão regional que, diante do fato alusivo à distribuição de calendários, com fotografia e mensagem de apoio, concluiu evidenciada a propaganda extemporânea.

2. A jurisprudência desta Corte, firmada nas eleições de 2006, é de que mensagens de felicitação veiculadas por meio de outdoor configuram mero ato de promoção pessoal se não há referência a eleições vindouras, plataforma política ou outras circunstâncias que permitam concluir pela configuração de propaganda eleitoral antecipada, ainda que de forma subliminar.

Agravos regimentais desprovidos.

Acórdão no Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 28378 - Ilhéus/BA - 25/08/2010

Relator(a): Ministro Arnaldo Versiani Leite Soares

Material de futebol

Jurisprudência do TRE/RJ

* O Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil - PC do B - formula perante este Tribunal o seguinte questionamento: "A bandeira com nome e número de um determinado candidato, porém remetendo, através de símbolos gráficos, a bandeira de um clube de futebol, por exemplo, o Vasco da Gama, pode ser distribuída ou seria considerada brinde e via de consequência, vedada pela legislação?" 1. Consulta conhecida. Preenchimento dos requisitos: legitimidade ativa e formulação da consulta em tese. 2. No mérito, a bandeira que remeta, através de símbolo gráfico, a determinado clube de futebol ostenta valor econômico e, por conseguinte, implica a incidência da vedação disposta no §6º do art. 39 da Lei das Eleições, por configurar brinde e proporcionar vantagem ao eleitor. 3. Além disso, a veiculação de marca na propaganda eleitoral deve respeitar a proteção constitucional prescrita no art. 5º, inciso XXVII e XXIX, da Constituição da República. Precedente do TSE. 4. Consulta respondida negativamente.

Acórdão no(a) Consulta nº 193-61.2012.6.19.0000 - Classe Cta - 09/08/2012

Relator(a): Juiz Luiz Roberto Ayoub

Jurisprudência do TSE

* Agravo regimental. Propaganda eleitoral antecipada. Tabelas de copa do mundo.

- A distribuição de tabelas de jogos, contendo fotografia e nome do representado, sem menção a pleito ou candidatura, pedido de votos ou alusão a alguma circunstância associada à eleição, não permite inferir a configuração de propaganda eleitoral extemporânea.

Agravo regimental provido para, desde logo, prover o recurso especial.

Acórdão no Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 26703 - Teresina/PI - 24/09/2009

Relator(a): Ministro Arnaldo Versiani Leite Soares

* AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2006. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. IMPRESCINDIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A Corte Regional entendeu, forte no conjunto probatório dos autos, que há conotação política na propaganda ora discutida.

2. Trata-se de distribuição de tabelas com jogos da copa do mundo, nas quais estão impressos a foto, o nome, o cargo eletivo que se pretende disputar, o ano do pleito e o partido ao qual é filiado o ora agravante, associado a slogan.

3. A adoção de entendimento contrário ensejaria o revolvimento de matéria fático-probatória, inadmissível nesta via especial, em razão do óbice da Súmula nº 7/STJ.

4. Decisão agravada que se mantém pelos seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental não provido.

Acórdão no Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 26154 - Natal/RN - 10/10/2006

Relator(a): Ministro José Augusto Delgado